



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



REQUERIMENTO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO Nº 13/2022

Senhor Presidente
Fabrício Duarte Holovka

Após decorridos 2 anos da publicação da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 (01/04/2021), as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, ficam revogadas, ou seja, elas permanecem em vigor somente até 01/04/2023.

Assim sendo, após a data de revogação, todos os processos licitatórios deverão cumprir unicamente o regramento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

Com a finalidade de buscarmos conhecimento sobre a nova lei de licitações, solicitamos a autorização para participação e o pagamento de inscrição no Simpósio "como implantar a nova lei de licitações e contratos administrativos nos municípios", oferecido pela empresa IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda, CNPJ nº 32.651.451/0001-85, a ser realizado entre os dias 07 e 10 de junho de 2022.

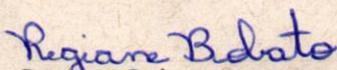
O valor do investimento para participação no simpósio é de 1.900,00 (um mil e novecentos reais) por pessoa, totalizando R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

O simpósio não esgotará todo o estudo que se deve fazer para implantar a nova lei de licitações, mas possui um conteúdo amplo, dividido em módulos que, a princípio, permitem uma visualização de como implantar a nova lei, todos os seus procedimentos, inclusive com a formalização de contratos.

Além do conteúdo que é totalmente propício para o trabalho que desempenhamos junto a Câmara Municipal, também se leva em conta a seriedade da empresa que está organizando o simpósio, além dos professores que são profissionais gabaritados, conforme se observa em seus currículos.

Destacamos o professor Rodrigo do Canto Cardoso, que já tivemos a oportunidade de participar de curso ministrado por ele. Profissional com um extenso conhecimento na área de licitações, que possui uma didática totalmente compreensível ao repassar o conteúdo e acessível a qualquer dúvida de seus alunos, mesmo após o término do curso por ele ministrado.

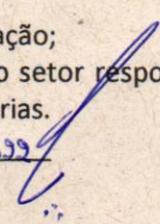
Considerando todo o exposto, pedimos o deferimento.
Pitanga, 26 de maio de 2022.


Regiane Bobato
Agente Administrativo


Thulianne Sebreński Leal
Assessora Legislativa

DESPACHO

I - Recebido hoje;
II - Deferido a solicitação;
III - Encaminha-se ao setor responsável para as providências necessárias.
Pitanga, 27/05/2022


Fabrício Duarte Holovka
Presidente

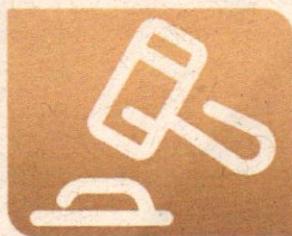
À CÂMARA
MUNICIPAL DE
PITANGA, PR



I Simpósio IGAM PR
Implantação da Nova Lei de
Licitações e Contratos
Administrativos nos Municípios

IGAM[®]

PARANÁ



I SIMPÓSIO do IGAM PR



**COMO IMPLANTAR A NOVA LEI DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS MUNICÍPIOS**

07 a 10/06

FOZ DO IGUAÇU / PR



Módulo I e III
Margere Rosa de Oliveira
07 e 08/06/2022 - 13h30 às 17h30



Módulo II
Hamilton Bonatto
08/06/2022 - 08h30 às 12h00



Módulo IV
Rodrigo do Canto Cardoso
08/06/2022 - 08h30 às 12h00



Módulo V
Edgar Guimarães
09/06/2022 - 13h30 às 17h30



Módulo VI
Volnei Moreira dos Santos
10/06/2022 - 08h30 às 12h00

INSCRIÇÕES  46 99970 8582
igamparana@igam.com.br | www.igampr.com.br

Local: Auditório do JL Hotel by Bourbon
Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR

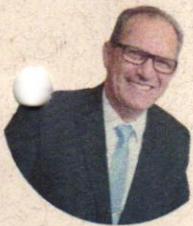
IGAM[®]
PARANÁ



Módulo I - Margere Rosa de Oliveira (7/6/22 - 13h30 as 17h30)

O que é necessário para implementar a nova Lei de Licitações nos Municípios?

1. Governança: medidas a serem adotadas pela autoridade máxima do órgão
2. Medidas essenciais para implantação da Lei
3. Regulamentação necessária para a aplicação da Lei (modelos)
4. Plano de Contratações Anual:
 - a. Finalidades
 - b. Cronograma de elaboração
 - c. Responsabilidade pela elaboração
 - d. Aplicação e alteração.



MÓDULO II - PROFESSOR HAMILTON BONATTO (8/6/22 - 08h30 as 12h00)

1. A Metodologia para o Regulamento do Estado do Paraná
 - 1.1. A Experiência do Estado do Paraná
 - 1.2. Análise Sobre a Possibilidade de Aplicação da Mesma Metodologia em função do Porte do Município.
2. Regulamentação da Lei Nº 14.133/2021 para Obras e Serviços de Engenharia e os Municípios
 - 2.1. Estudo Técnico Preliminar para Obras e Serviços de Engenharia;
 - 2.2. Termo de Referência para Contratação de Projetos Básico e Executivo;
 - 2.3. Edital de Licitação para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia;
 - 2.4. Modalidades mais usuais para Obras e Serviços de Engenharia;
 - 2.5. Sistema de Registro de Preços para Obras e Serviços de Engenharia;
 - 2.6. Elaboração do Orçamento de Referência de Obras e Serviços de Engenharia e/ou Arquitetura;
 - 2.7. Formação dos Preços das Propostas e Celebração de Aditivos em Obras e Serviços de Engenharia;
 - 2.8. Os Regimes de Empreitada;
 - 2.8.1. Regimes de Empreitada tradicionais;
 - 2.8.2. Contratação Integrada;
 - 2.8.3. Contratação Semi-Integrada;
 - 2.8.4. Fornecimento e Prestação de Serviços Associados;
 - 2.9. Adoção da Metodologia Building Information Modeling – BIM nas Obras Públicas.



MÓDULO III - PROFESSORA MARGERE ROSA DE OLIVEIRA (8/6/22 - 13h30 as 17h30)

Fase Preparatória das Contratações e os Instrumentos de Planejamento

1. Planejamento das compras e serviços na Lei nº 14.133
2. Estudos técnicos preliminares
 - a. Conteúdo
 - b. ETP resumido
 - c. Responsabilidade pela elaboração
3. Termo de referência/projeto básico
 - a. Conteúdo
 - b. Responsabilidade pela elaboração
4. Matriz de riscos
 - a. Conteúdo
 - b. Quando elaborar



MÓDULO IV - PROFESSOR RODRIGO DO CANTO CARDOSO (9/6/22 - 08h30 as 12h00)

1. Modalidades de licitação na Lei 8.666/93 em comparação com a Lei 14.133/21.
 - 1.1 Diálogo Competitivo;
 - 1.2 Concorrência;
 - 1.3 Pregão
 - 1.4 Concurso
 - 1.5 Leilão
2. Contratação Direta
 - 2.1 Dispensa Eletrônica de Licitação
 - 2.2 Inexigibilidade de Licitação
3. Objetivos da Licitação: mudança de paradigma entre as leis.
4. Critérios na escolha da modalidade.
 - 4.1 Qualitativa x Quantitativa
5. Rito processual da Lei 14.133/2021.
 - 5.1 Procedimentos
 - 5.2 Expectativa
6. Perspectiva do novo pregão.
7. Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



MÓDULO V - PROFESSOR EDGAR GUIMARÃES (9/6/22 - 13h30 as 17h30)

O papel do Agente de Contratação e do Advogado Público na Nova Lei de Licitações.

O PAPEL DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO NA LEI 14.133/2021

1. Gestão por competências
2. Requisitos e impedimentos para ser agente de contratação
3. Formalização da designação
4. Atribuições
5. Mandato
6. Agente de contratação versus Pregoeiro
7. Agente de contratação, Pregoeiro e membro de Comissão de Contratação
8. Agente de contratação e o processo de apuração de responsabilidade
9. Agente de contratação e o Controle Interno
10. Responsabilização por atos praticados

O ADVOGADO PÚBLICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

1. O advogado público na Lei 8.666/93 e na Lei 14.133/2021
2. O princípio da segregação de funções
3. Linhas de defesa
4. Controle prévio de legalidade
5. Assessoria e consultoria jurídica
6. Defesa de agentes públicos
7. Responsabilização pela emissão de Pareceres.

MÓDULO VI - PROFESSOR VOLNEI MOREIRA DOS SANTOS (10/6/22 - 08h30 as 12h00)

As alterações relevantes na Formalização, Execução, Gestão e da Fiscalização

1. Formalização dos contratos
2. Cláusulas necessárias em destaque
3. Celebração dos contratos
4. Vigência
5. Gestão e fiscalização.
6. Pagamentos
7. Recomposição dos preços
8. A extinção do contrato administrativo.



CURRÍCULOS RESUMIDO DOS INSTRUTORES



Margere Rosa de Oliveira

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Advocacia Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Advogada e Consultora Jurídica do IGAM, atuando nas áreas de Licitações e Tributário. Autora do livro Curso de Licitações e Contratos Administrativos e de outros livros, cartilhas e artigos científicos na área do Direito Público. Escritora de apostilas para concursos públicos. Foi Assessora Jurídica e Procuradora Geral do Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, onde foi servidora municipal por dezessete anos. Atuou como advogada na Assistência Judiciária Gratuita da Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS), por dois anos. Atuou na assessoria aos municípios gaúchos, nas diferentes áreas do Direito Público, na condição de Coordenadora Jurídica e Assessora Jurídica da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), por mais de quinze anos, e como professora da EGP-FAMURS por dez anos, especialmente ministrando cursos de licitações, contratos, gestão patrimonial, controle interno, lei de responsabilidade fiscal, entre outros. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase nas áreas de direito administrativo e constitucional. Foi Professora universitária do Grupo Estácio - Porto Alegre, nas disciplinas de Direito Administrativo e Direito Tributário. Foi Consultora Jurídica na Delegações de Prefeituras Municipais Ltda. (atualmente Borba, Pause & Perin - Advogados), empresa especializada em consultoria de Direito Público para os Municípios do Rio Grande do Sul e de outros Estados da Federação. Foi professora da Faculdades Rio-grandenses (FARGS). Ministrante de cursos diversos de especialização, extensão e preparatórios para concursos, na área de Direito Público, em especial sobre licitações, contratos administrativos, Lei 13.019/2014, convênios, patrimônio público, lei de responsabilidade fiscal, organização administrativa do Estado e controle interno, bem como ministrou cursos em diversas Associações de Municípios do Estado do Paraná. Conferencista e painelistas em diversos Congressos, Simpósios, Encontros e Seminários de Direito Público, especialmente na área de Direito Administrativo.

Hamilton Bonatto

Advogado, Procurador do Estado do Paraná; Engenheiro Civil formado pela UFPR; Licenciado em Ciências (Licenciatura Curta) e Matemática (Licenciatura Plena), foi por 25 anos professor de Cálculo Diferencial e Integral da UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná. É Mestre em Planejamento e Governança. É especialista em Direito Constitucional pela UNIBRASIL, especialista em Construção de Obras Públicas pela UFPR, Especialista em Ética e Educação, Especialista em Direito Público. Teve atuação na Administração Pública em cargos do Poder Executivo como Secretário Municipal de Obras Públicas, Secretário Municipal de Educação, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense, Coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Paraná, Superintendente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná. No Poder Legislativo foi Vereador, Presidente de Câmara Municipal e Vice-Presidente da União dos Vereadores do Brasil - Regional Sul. Atuou como Advogado e foi assessor jurídico de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado. Atualmente é Procurador Chefe do Núcleo Jurídico da Administração junto à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e da PARANÁ EDIFICAÇÕES; Professor de Direito Administrativo e de Licitações e Contratos de Obras Públicas em diversas instituições. É Autor do livro "Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Editora Fórum; autor da Coletânea com 13 Cadernos Orientadores: Cadernos de Obras e Serviços de Engenharia - Edificações (08 Cadernos), Caderno de Convênios e outros Instrumentos Congêneres - Municípios (01), e do Caderno de Fiscalização de Obras Públicas (01); Autor do caderno de Contratação Integrada (01); Autor dos Caderno Orientadores (01) Aquisições de Bens e (01) Prestação de Serviços.

Rodrigo do Canto Cardoso

Servidor público federal nomeado pela AGU Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul, graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante da Escola Itinerária da Consultoria Jurídica da União em Porto Alegre - CJU/RS na área de licitações e contratos.

Edgar Guimarães

Advogado; Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo; Membro dos Institutos Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto dos Advogados do Paraná e do Conselho Científico do Instituto Romeu Felipe Bacellar. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Autor dos livros Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. Coautor dos livros Cenários do Direito Administrativo; Concurso Público e Constituição; Pregão Presencial e Eletrônico; Licitações e o estatuto da pequena e microempresa: reflexos práticos da LC nº 123/06; Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos; Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos; Lei das Estatais - comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016. Licitações e Contratos Administrativos: inovações da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada; Dispensa e Inexigibilidade de licitação: aspectos práticos e jurídicos à luz da Lei 14.133/2021.

Volnei Moreira dos Santos

Advogado, Consultor do IGAM, foi professor no Curso Sequencial de Gestão Pública, da Universidade de Caxias do Sul (2003 a 2005), é autor dos livros: A Lei do Pregão no Município - uma visão prática e operacional (Verbo Jurídico - 2007) e Descumprindo a Licitação Pública. A Contratação pública sob a ótica da Lei de Licitações (IGAM - 2015). Autor de Artigos. Ocupou cargos públicos em âmbito estadual e municipal. No período de janeiro 2018 a dezembro de 2020, foi Procurador-Geral do Município de Canoas. Atuante em treinamentos específicos (Licitação Pública, Pregão, Compras Governamentais, Contratação Direta na Administração Pública, A Formalização de contratos Administrativos, Aspectos Jurídicos da Contratação de Publicidades por meio de Agência de Propaganda, Execução de Contratos e aplicação das penalidades administrativas, Licitação Pública, com ênfase à instrução da contratação e abordagem acerca dos ilícitos nas relações jurídicas decorrentes, Rotinas operacionais das comissões de licitações e pregoeiros, Sistema de Registro de Preços, Licitação Pública - elaboração de editais e contratos, Novo Regime das Licitações e Contratos Administrativos.

Cronograma: 7 a 10 de Junho de 2022



07/06/2022 13:30 - 17:30

08/06/2022 08:30 - 12:00

08/06/2022 13:30 - 17:30

09/06/2022 08:30 - 12:00

09/06/2022 13:30 - 17:30

10/06/2022 08:30 - 12:00

*Cada período do curso terá 20 min para o coffee break.

Local:

Sala Brasil - JL Hotel by Bourbon

Endereço: Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR

Investimento

(valor com desconto para 2 participantes da Câmara Municipal de Pitanga)

* **R\$ 1.900,00** cada inscrição.

Total para 2 inscrições: R\$ 3.800,00.

Observações

• O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná).

CNPJ: 32.651.451/0001-85.

• Durante o curso cada aluno terá seu material impresso, material digital e as minutas de regulamentações em word que ficarão disponíveis no **Portal do Aluno** de cada participante, com acesso pelo site do IGAM (<https://aluno.igam.com.br/login>)

IGAM[®]

PARANÁ

SOBRE O IGAM...



IGAM nasceu, em 1992, de uma percepção sobre a necessidade de gerar conhecimento para que todos os que atuam na administração pública, em todos os Poderes, tanto no ambiente federal, estadual, distrital ou municipal, possam atuar e decidir com mais segurança técnica.

Para levar adiante sua missão, o IGAM, pela sua diretoria e seu time de profissionais técnicos com atuação nas áreas do Direito Público, da Contabilidade aplicada à Administração Pública e da ciência da Administração aplicada à Gestão Pública, produz e disponibiliza informação e conhecimento técnico por meio do Gestor Público, que é o seu Boletim de Orientação Técnica para a Administração Pública, abrangendo dezessete áreas, em cinco formatos (textos, podcasts, vídeos, infográficos e modelos), por meio de treinamentos e capacitações, nas modalidades presenciais, in company, EAD, online e híbrido) e por meio de serviços especificamente demandados, como, por exemplo, revisão de legislação, reforma administrativa, diagnóstico organizacional e plano de ações.

O IGAM tem um diferencial que agrega valor aos órgãos e agentes públicos parceiros, que é a pesquisa, o estudo, a reflexão e o tratamento da informação, para que ela seja apropriada como conhecimento, a partir de uma visão técnica interdisciplinar construída por profissionais dos seus núcleos jurídico, contábil e de gestão.

O que manteve a credibilidade do IGAM, nestes mais de 29 anos de caminhada, foi a fidelização ao seu propósito inicial, a qualidade de seu trabalho de pesquisa, de fundamentação e de apresentação "decifrada" de conteúdo, com consistente argumentação e segurança técnica, e a postura de vanguarda na interpretação de novas legislações.

Com sedes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o IGAM atende órgãos públicos e entidades governamentais de todo País.

O IGAM é reconhecido, a partir destes mais de duas décadas de atuação, pela eficiência de suas orientações, essa competência não é por acaso! São centenas de órgãos e entidades públicas atendidos em todo o Brasil.

IGAM[®]

PARANÁ



O IGAM PERMANECE À DISPOSIÇÃO!

Francisco Beltrão, Sede IGAMPR, 24 de Maio de 2022

EDUARDO ANZILIERO
Setor Comercial

CONTATO: (46) 99970 8582
(46) 2601 1977

RUA MINAS GERAIS, 1391 ED. ELLON, 502
FRANCISCO BELTRÃO, PR

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA
LTDA - CNPJ 32.651.451/0001-85

 @IGAMPARANA

 @IGAMPARANA